

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMIENTO Nº 10, DE 2014

(Do Senhor Alexandre Santos)

Requer sejam convidados o Diretor Superintendente da Autopista Fluminense, Odílio de Jesus Ferreira; O Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos; o representante do Tribunal de Contas da União - TCU; o representante da Advocacia Geral da União - AGU e representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para prestarem esclarecimentos acerca do cronograma de conclusão da duplicação da BR-101 Norte, administrada pela Autopista Fluminense, dos empréstimos concedidos pelo BNDES para manutenção e obras de duplicação, bem como obter informações a respeito dos repasses dos impostos devidos aos municípios com território atravessado pela rodovia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 58, V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 24, XIV e artigo 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Diretor Superintendente da Autopista Fluminense, Odílio de Jesus Ferreira; O Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos; o representante do Tribunal de Contas da União – TCU; o representante da Advocacia Geral da União - AGU e representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para prestarem esclarecimentos acerca do cronograma de conclusão da duplicação da BR-101 Norte, administrada pela Autopista Fluminense, dos empréstimos concedidos pelo BNDES para manutenção e obras de duplicação, bem como obter informações a respeito dos repasses dos impostos devidos aos municípios com território atravessado pela rodovia.

JUSTIFICATIVA

A Autopista Fluminense é a Concessionária da OHL Brasil, responsável, desde 2008, por 320 quilômetros da rodovia BR-101/RJ Norte, do trecho que vai da ponte Presidente Costa e Silva, em Niterói (RJ), até a divisa do Espírito Santo, ligando as cidades de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói.

O acolhimento de tal proposição se faz devido a necessidade de obtermos explicações da concessionária Autopista Fluminense, sobre os motivos de todos os atrasos das obras de recuperação da rodovia, bem como pedir esclarecimentos sobre o cronograma de conclusão da duplicação, para que a BR seja o mais rapidamente concluída e possa beneficiar os cidadãos que trafegam diariamente por aquela rodovia e que são diretamente afetados pela concessão.

Ressalto, ainda, que a Autopista Fluminense financiou e vem financiando as obras ditas de melhorias com dinheiro público, já que obteve vários financiamentos do BNDES para tal fim, além do dinheiro dos consumidores que pagam vários pedágios numa única viagem. Em novembro de 2011, a Autopista Fluminense apresentou e fez aprovar um pedido de crédito da ordem de R\$ 780 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico — BNDES, pela Decisão nº Dir.1028/2011, com a concessão de colaboração financeira no valor de R\$ 780.819.000,00.

É inconcebível, que depois de tantos anos em que estão instaladas as praças de pedágio e que foi assinado o contrato de concessão para que essa empresa assumisse a administração dessa importante artéria que cruza o nosso País e no que tange à Região Norte Fluminense e o Grande Rio, onde é a área de administração da OHL Autopista Fluminense, ainda não tenhamos essa estrada totalmente duplicada.

Além dos esclarecimentos a respeito dos atrasos nos procedimentos de duplicação da BR 101-Norte, urge, ainda, a necessidade de se obter informações a respeito do repasse do ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza sobre os pedágios e dos impostos recolhidos sobre as obras e serviços de manutenção na rodovia, devido aos municípios com território atravessado pela rodovia, lembrando que estes recursos auxiliam diretamente as administrações locais, levando benefícios imediatos às comunidades.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Comissões, em de maio de 2014.

ALEXANDRE SANTOS
Deputado Federal – PMDB/RJ